



**PROJETO BÁSICO**

**1. OBJETIVO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF), TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE), JUNTO AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.

**2. JUSTIFICATIVA:** A contratação dos serviços ora em tela surge urgente em face das considerações e corriqueiras alterações administrativas inerentes a matéria, bem como a expertise e conhecimento necessários ao êxito na prestação dos presentes serviços, de natureza singular, cuja forma de execução pode levar ao fracasso da Administração Municipal, ou ao êxito fiscal, com conseqüente reflexo na correta manipulação das verbas disponíveis.

Assim sendo, os cuidados devidos na contratação de empresa ou profissional sólidos no mercado específico da Contabilidade Pública Municipal são necessários, uma vez que a Contabilidade Pública versa de ramo específico da Contabilidade em geral, e assume papel fundamental, repita-se exaustivamente, no correto direcionamento da utilização dos recursos públicos disponíveis, de acordo com normas e regras existentes no mundo jurídico.

Ademais, a necessária expertise em específico a atestados emitidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público, em exclusivo, se faz condição balizar de contratação, uma vez que assume a presente contratação contornos essenciais a sobrevida da Administração Pública Municipal, no correto segmento de normas de conduta específicas, conforme prenota o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, válido a partir do exercício de 2015, segundo a Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 10 de dezembro de 2014 Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, ou outro que venha a substituí-lo em obrigatoriedade de segmento.

**3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**

**3.1. DOS SERVIÇOS:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.	Mês	12
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.	Mês	12
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.	Mês	12





4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE	Mês	12
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ANUAL DO ORÇAMENTO PROGRAMA MUNICIPAL VIABILIZANDO TÉCNICA ESPECIALIZADA EM PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, OBJETIVANDO GARANTIR O CUMPRIMENTO O ART. 42, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, MEDIANTE REALIZAÇÃO DE: REUNIÕES DE PLANEJAMENTO JUNTO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS; PARAMETRIZAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS; REUNIÕES DE RECEPÇÃO DE PROPOSTA DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS; ADEQUAÇÃO DE SUBFUNÇÕES DE GOVERNO AO PLANEJAMENTO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS; PARAMETRIZAÇÃO DO PROGRAMA E AÇÕES; DEFINIÇÃO DE PROJETOS/ ATIVIDADE EM RELAÇÃO AOS PROGRAMAS E AÇÕES; DEFINIÇÃO DO QDD – QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA; CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DO EXECUTIVO COM LEGISLATIVO; ELABORAÇÃO DO TEXTO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA E MENSAGEM DE APRESENTAÇÃO; CONHECIMENTO DAS FASES DE ANÁLISE JUNTO A LIDERANÇA DO GOVERNO NA CÂMARA; ALTERAÇÕES EM FACE DE EMENDAS, SE HOUVER; EDIÇÃO DO TEXTO FINAL DA LOA PARA SANÇÃO DA PREFEITA MUNICIPAL; ENVIO DA LOA 2021 EM MÍDIA DIGITAL AO TCE-CE; ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO; E PROCESSAMENTO DOS ARQUIVOS DIGITAIS SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS (SIM-LOA) JUNTO AO TCE-CE.	Serviço	1

### 3.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

- a) Acompanhamento da gestão fiscal do Município;
- b) Abertura da escrituração contábil - orçamentária, financeira e patrimonial;
- c) Conferência dos saldos bancários e conciliação do exercício Anterior e corrente;
- d) Orientação para classificação orçamentária da receita e da despesa, em conformidade com a Lei Orçamentária e com as normas vigentes;
- e) Supervisão da escrituração de todos os atos e fatos relativos ao Orçamento e às variações patrimoniais de cada Unidade Gestora pelo método das partidas dobradas e em meio eletrônico;
- f) Supervisão e orientação para conciliação das contas bancárias;
- g) Elaboração dos balancetes de cada UG de forma analítica e sintética;
- h) Consolidação das informações de licitação, folha de pagamento e contabilidade para geração do SIM - SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS, regulamentado pelo Tribunal de Contas dos Municípios;
- i) Orientação para organização de documentos mensais de receita e despesa para remessa à Câmara Municipal;
- j) Elaboração e impressão do Livro Diário e Livro Razão;
- k) Elaboração dos Balanços anuais e Relatórios de Prestação de Contas de cada Unidade Gestora - Contas de Gestão;
- l) Análise e acompanhamento do cumprimento da aplicação em ações e serviços de saúde;
- m) Acompanhamento e geração de planilhas para apuração e recolhimento mensal do PASEP;
- n) Regularização junto a Secretaria da Receita Federal dos responsáveis por Unidades Gestoras - a cada mudança - com a finalidade de gerar a DCTF;
- o) Elaboração e Transmissão da DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais;
- p) Consolidação de dados de todos os balancetes das UG diretas e indiretas e da Câmara, para emissão de relatórios;
- q) Elaboração de demonstrativos e prestações de contas, para atender aos Conselhos Municipais;

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*





- r) Pesquisa da legislação federal e estadual, de normas emanadas da Secretaria do Tesouro Nacional, Receita Federal, FNDE, SUS, SUAS, Previdência Social etc. e orientação para sua aplicação pelo Município;
- s) Elaboração de Mensagens e Projetos de Lei relativos a créditos adicionais;
- t) Elaboração de slides e apresentação técnica nas Audiências públicas do R Gestão Fiscal;
- u) Análise e acompanhamento do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em educação e FUNDEB;
- v) Elaboração e acompanhamento da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso.
- w) Elaborar relatórios exigidos pelo Tribunal de Contas dos Municípios, bem como os compreendidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- x) Acompanhamento e orientação aos gestores e agentes públicos municipais em atendimento à diligências dos órgãos de controle (TCM, TCU, CGU, etc)
- y) Todos os serviços deverão ser prestados em atenção ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, válido a partir do exercício de 2015, segundo a Portaria Conjunta STN/SOF n° 1, de 10 de dezembro de 2014 Portaria STN n° 700, de 10 de dezembro de 2014, ou outro que venha a substituí-lo em obrigatoriedade de segmento.

#### **4. LOCAL E PRAZO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**4.1.** Os serviços presenciais contratados deverão ser prestados no Município de Paraipaba/CE, correndo todos os eventuais custos relativos a passagens, hospedagem, condução, deslocamento, alimentação, seguros e demais despesas necessárias à execução dos serviços às expensas da contratada;

**4.2.** Os serviços licitados deverão ser iniciados no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da expedição de ORDEM DE SERVIÇOS pela Administração no local determinado pela Unidade Gestora.

#### **5. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

**5.1.** O prazo de execução e vigência do contrato será de **12 (doze) meses** contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no caso de acordo entre as partes e, em conformidade com o art. 57 da Lei Nº. 8.666 e alterações posteriores.

#### **6. REAJUSTE E PAGAMENTO:**

**6.1.** O valor contratado será pago mensalmente na proporção da execução dos serviços licitados, segundo a ordem de serviço expedida pela contratante, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais, Municipais, FGTS e CNDT do contratado, todas atualizadas, observadas as condições do edital

**6.2.** A fatura relativa aos serviços executados no período de cada mês civil, deverá ser apresentada às secretarias contratantes, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, para fins de conferência e atestação.

**6.3.** Os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da fatura, nota fiscal de serviços, medições e recibo, em até 30 (trinta) dias após a sua certificação pelas secretarias contratantes.





**6.4.** Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, a CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências.

**6.5.** Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento da CONTRATADA nos seguintes casos:

- Quando a CONTRATADA deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;
- Quando a CONTRATADA assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
- Inadimplência da CONTRATADA na execução dos serviços.

**6.6.** A Contratante, no ato do pagamento, fará a retenção do Imposto Sobre Serviços incidente sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, responsabilizando-se pelos recolhimentos à Secretaria de Finanças do Município dos valores efetivamente retidos.

**6.7.** Será permitido o reajustamento do valor contratual com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação do preço do Contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de sua assinatura ou da data de sua última repactuação ou reajuste.

**6.8.** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da entrega do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da execução dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo.

**6.9.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx / 100)}{365}$$

Tx = IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

## **7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

### **• DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

- 03.01 - 04.122.0100.2.006.0000 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Secretaria de Finanças;
- 09.02 - 12.122.0100.2.033.0000 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Educação;
- 10.01 - 10.122.0100.2.046.0000 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico da Saúde Pública;
- 11.01 - 08.122.0100.2.054.0000 - Gerenciamento Administrativo e Estratégico em Assistência Social.

Rua Joaquim Braga, 296 – Centro – Paraipaba-Ceará - CEP 62685-000

CNPJ: 10.380.680/0001-42 – CGF 06.920.292-3

www.paraipaba.ce.gov.br

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

*[Handwritten signature in blue ink]*

*[Handwritten signature in blue ink]*



• **ELEMENTO DE DESPESA:** 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

**8. GESTOR DO CONTRATO:**

8.1. A Gestão do Contrato será exercida por servidor especialmente designado pelos Ordenadores de Despesas, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

**9. VALOR DO INVESTIMENTO:**

9.1. O Valor Global Estimado é de **R\$ 353.933,41 (trezentos e cinquenta e três mil, novecentos e trinta e três reais e quarenta e um centavos).**

OBS.: O valor constante do presente orçamento foi calculado tendo-se como base o preço médio após pesquisa de preços praticado no mercado.

**10. ITENS E VALORES ESTIMADOS POR UNIDADES GESTORAS:**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR ESTIMADO (R\$)	
				VR. MENSAL	VR. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.	Mês	12	10.000,00	120.000,00
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.	Mês	12	8.400,00	100.800,00
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.	Mês	12	5.566,67	66.800,04
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.	Mês	12	3.666,67	44.000,04
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ANUAL DO ORÇAMENTO PROGRAMA MUNICIPAL VIABILIZANDO TÉCNICA ESPECIALIZADA EM PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, OBJETIVANDO GARANTIR O CUMPRIMENTO O ART. 42, § 5º, DA	Serviço	1	22.333,33	22.333,33





	CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, MEDIANTE REALIZAÇÃO DE: REUNIÕES DE PLANEJAMENTO JUNTO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS; PARAMETRIZAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS; REUNIÕES DE RECEPÇÃO DE PROPOSTA DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS; ADEQUAÇÃO DE SUBFUNÇÕES DE GOVERNO AO PLANEJAMENTO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS; PARAMETRIZAÇÃO DO PROGRAMA E AÇÕES; DEFINIÇÃO DE PROJETOS/ ATIVIDADE EM RELAÇÃO AOS PROGRAMAS E AÇÕES; DEFINIÇÃO DO QDD - QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA; CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DO EXECUTIVO COM LEGISLATIVO; ELABORAÇÃO DO TEXTO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA E MENSAGEM DE APRESENTAÇÃO; CONHECIMENTO DAS FASES DE ANÁLISE JUNTO A LIDERANÇA DO GOVERNO NA CÂMARA; ALTERAÇÕES EM FACE DE EMENDAS, SE HOUVER; EDIÇÃO DO TEXTO FINAL DA LOA PARA SANÇÃO DA PREFEITA MUNICIPAL; ENVIO DA LOA 2021 EM MÍDIA DIGITAL AO TCE-CE; ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO; E PROCESSAMENTO DOS ARQUIVOS DIGITAIS SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS (SIM-LOA) JUNTO AO TCE-CE.				
					353.933,41

**ELABORADO E APROVADO POR:**

  
Griceli Bárbara de Oliveira  
Secretária Municipal de Saúde  
**Portaria Nº 06/2021.**

  
Francisca Exnária Gomes Cavalcante  
Secretária Municipal de Educação e  
Desporto  
**Portaria Nº 07/2021.**

  
Audaiza Furtado Barbosa de Azevedo  
Secretária Municipal de Assistência Social  
**Portaria Nº 09/2021.**

  
Carlos Eduardo Silva Cardoso  
Secretário Municipal de Finanças  
**Portaria nº 10/2021.**





## TOMADA DE PREÇOS N°. 001.2021 – TP

### ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À Comissão Permanente de Licitação do Município de Paraipaba/CE.

O LICITANTE \_\_\_\_\_, CNPJ N°. \_\_\_\_\_, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penas da lei:

- 1 – Que acata inteiramente os preceitos legais em vigor, especialmente a Lei N°. 8.666/93 e suas alterações e as condições da **TOMADA DE PREÇOS N°. 001.2021 – TP**;
- 2 – Que, até a presente data não existe fato que invalide o seu Certificado de Registro Cadastral – CRC, ora apresentado para fins de habilitação;
- 3 – Que assumimos o compromisso de bem e fielmente executar a serviços especificados, caso sejamos vencedores da presente licitação.

**OBJETO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF, TCE E DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, JUNTO AO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.

#### VALOR GLOBAL R\$:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR ESTIMADO (R\$)	
				VR. MENSAL	VR. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.	Mês	12		
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.	Mês	12		
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.	Mês	12		
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.	Mês	12		
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ANUAL DO ORÇAMENTO PROGRAMA MUNICIPAL VIABILIZANDO TÉCNICA ESPECIALIZADA EM PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, OBJETIVANDO GARANTIR O CUMPRIMENTO O ART. 42, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ,	Serviço	1		

Rua Joaquim Braga, 296 – Centro – Paraipaba-Ceará - CEP 62685-000

CNPJ: 10.380.680/0001-42 – CGF 06.920.292-3

www.paraipaba.ce.gov.br





# Prefeitura de Paraipaba



MEDIANTE REALIZAÇÃO DE: REUNIÕES DE PLANEJAMENTO JUNTO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS; PARAMETRIZAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS; REUNIÕES DE RECEPÇÃO DE PROPOSTA DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS; ADEQUAÇÃO DE SUBFUNÇÕES DE GOVERNO AO PLANEJAMENTO DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS; PARAMETRIZAÇÃO DO PROGRAMA E AÇÕES; DEFINIÇÃO DE PROJETOS/ ATIVIDADE EM RELAÇÃO AOS PROGRAMAS E AÇÕES; DEFINIÇÃO DO QDD – QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA; CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DO EXECUTIVO COM LEGISLATIVO; ELABORAÇÃO DO TEXTO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA E MENSAGEM DE APRESENTAÇÃO; CONHECIMENTO DAS FASES DE ANÁLISE JUNTO A LIDERANÇA DO GOVERNO NA CÂMARA; ALTERAÇÕES EM FACE DE EMENDAS, SE HOVER; EDIÇÃO DO TEXTO FINAL DA LOA PARA SANÇÃO DA PREFEITA MUNICIPAL; ENVIO DA LOA 2021 EM MÍDIA DIGITAL AO TCE-CE; ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO; E PROCESSAMENTO DOS ARQUIVOS DIGITAIS SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS (SIM-LOA) JUNTO AO TCE-CE.				
<b>VALOR GLOBAL R\$</b>				

Proponente/Razão Social:

CNPJ Nº.:

Endereço:

Prazo de prestação dos serviços: **12 (doze) meses**

Validade da proposta de preços: **60 (sessenta) dias**

<<<DATA>>>

<<<Assinatura do Proponente>>>

Rua Joaquim Braga, 296 – Centro – Paraipaba-Ceará - CEP 62685-000

CNPJ: 10.380.680/0001-42 – CGF 06.920.292-3

www.paraipaba.ce.gov.br





**TOMADA DE PREÇOS Nº. 001.2021 – TP**

**ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº. \_\_\_\_**

O **MUNICÍPIO DE PARAIPABA – CE**, inscrito no **CNPJ Nº. \_\_\_\_\_**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Joaquim Braga, 296, Centro, Paraipaba – CE, neste ato através da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_, representado pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, \_\_\_\_\_, inscrita no **CNPJ Nº. \_\_\_\_**, com sede à \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) Sr(a). \_\_, CPF Nº. \_\_, doravante denominado **CONTRATADA**, firmam entre si o presente **TERMO DE CONTRATO** mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM E FUNDAMENTAÇÃO**

**1.1** – Este contrato é originário da **TOMADA DE PREÇOS Nº. 001.2021 – TP**, fundamentada na Lei Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO CONTRATUAL**

**2.1** – O presente contrato tem por objetivo a \_\_\_\_\_

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT	VALOR ESTIMADO (R\$)	
				VR. MENSAL	VR. TOTAL
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.	Mês	12		
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.	Mês	12		
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.	Mês	12		
4	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA E CONSULTORIA, NA ÁREA DE CONTABILIDADE PÚBLICA E GESTÃO FISCAL, PARA ATENDER A LRF E TCE JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PARAIPABA/CE.	Mês	12		
5	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTORIA E ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ANUAL DO ORÇAMENTO PROGRAMA MUNICIPAL VIABILIZANDO TÉCNICA ESPECIALIZADA EM PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, OBJETIVANDO GARANTIR O CUMPRIMENTO O ART. 42, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ, MEDIANTE REALIZAÇÃO DE: REUNIÕES DE PLANEJAMENTO JUNTO AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS; PARAMETRIZAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS;	Serviço	1		



REUNIÕES DE RECEPÇÃO DE PROPOSTA DOS ORGÃOS MUNICIPAIS; ADEQUAÇÃO DE SUBFUNÇÕES DE GOVERNO AO PLANEJAMENTO DOS ORGÃOS MUNICIPAIS; PARAMETRIZAÇÃO DO PROGRAMA E AÇÕES; DEFINIÇÃO DE PROJETOS/ ATIVIDADE EM RELAÇÃO AOS PROGRAMAS E AÇÕES; DEFINIÇÃO DO QDD – QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA; CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS DO EXECUTIVO COM LEGISLATIVO; ELABORAÇÃO DO TEXTO DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA E MENSAGEM DE APRESENTAÇÃO; CONHECIMENTO DAS FASES DE ANÁLISE JUNTO A LIDERANÇA DO GOVERNO NA CÂMARA; ALTERAÇÕES EM FACE DE EMENDAS, SE HOUVER; EDIÇÃO DO TEXTO FINAL DA LOA PARA SANÇÃO DA PREFEITA MUNICIPAL; ENVIO DA LOA 2021 EM MÍDIA DIGITAL AO TCE-CE; ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO; E PROCESSAMENTO DOS ARQUIVOS DIGITAIS SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS (SIM-LOA) JUNTO AO TCE-CE.				
<b>VALOR GLOBAL R\$</b>				

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DO REAJUSTE E DO PAGAMENTO

**3.1** - O valor mensal da presente avença é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), totalizando a importância de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), a ser pago mensalmente na proporção da execução dos serviços licitados, segundo a ordem de serviço expedida pela contratante, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais, Municipais, FGTS e CNDT do contratado, todas atualizadas, observadas as condições do edital.

**3.2** - A fatura relativa aos serviços executados no período de cada mês civil, deverá ser apresentada à secretaria contratante, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, para fins de conferência e atestação.

**3.3** - Os pagamentos serão efetuados, mediante a apresentação da fatura, nota fiscal de serviços, medições e recibo, em até 30 (trinta) dias após a sua certificação pela secretaria contratante.

**3.4** - Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, a CONTRATADA será notificada, a fim de que tome providências.

**3.5** - Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento da CONTRATADA nos seguintes casos:

- Quando a CONTRATADA deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;
- Quando a CONTRATADA assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
- Inadimplência da CONTRATADA na execução dos serviços.

**3.6** - A Contratante, no ato do pagamento, fará a retenção do Imposto Sobre Serviços incidente sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, responsabilizando-se pelos recolhimentos à Secretaria de Finanças do Município dos valores efetivamente retidos.

**3.7** - Será permitido o reajustamento do valor contratual com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), ou outro índice que vier a substituí-lo, ou a repactuação do preço do Contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de sua assinatura ou da data de sua última repactuação ou reajuste.

**3.8** - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da entrega do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da execução dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro





inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo.

**3.9** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (Tx / 100) / 365$$

Tx = IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**4.1** - O prazo de execução e vigência do contrato será de **12 (doze) meses** contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado no caso de acordo entre as partes e, em conformidade com o art. 57 da Lei N.º. 8.666 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES**

**5.1** - As partes se obrigam, reciprocamente, a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório e da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

**5.2** - A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem assim, pelos danos decorrentes da realização dos mesmos;
- b) Executar as atividades em conformidade com o descrito no projeto básico com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;
- c) Arcar com as despesas de deslocamento e diárias sua e de seu pessoal contratado na execução dos serviços presenciais contratados a serem prestados no Município de Paraipaba/CE, correndo todos os eventuais custos relativos a passagens, hospedagem, condução, deslocamento, alimentação, seguros e demais despesas necessárias à execução dos serviços;
- d) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações ou orientações se obriga a atender prontamente;
- e) Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas e eventuais passivos, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletivo, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do contrato, etc., ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a contratante;
- f) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a terceiros em virtude do objeto do contrato a ser firmado;
- g) Não caucionar ou utilizar o contrato celebrado para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da contratante;
- h) Submeter-se às normas e condições baixadas pela contratante, quanto ao comportamento, discrição e urbanidade na relação interpessoal;





**5.3** - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

**5.4** - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao Município de Paraipaba/CE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, sua ou de preposto, na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

**5.5** - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**5.6** - A CONTRATADA utilizará, na execução dos serviços, profissionais capacitados e qualificados para tal fim.

**5.7** - A CONTRATADA executará os serviços, na sede da CONTRATANTE ou em local a ser previamente designado por esta, dentro dos padrões e normas, tudo de acordo com o projeto básico.

**5.8** - A CONTRATADA, deverá manter a CONTRATANTE informada sobre o andamento dos serviços, informando-a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias.

**5.9 - A CONTRATANTE obriga-se a:**

- a) Efetuar o pagamento na forma prevista no edital e contrato;
- b) Exercer a fiscalização sobre a execução dos serviços;
- c) Fornecer o apoio técnico e institucional formal para facilitar o acesso da contratada a todas as informações necessárias à consecução dos objetivos de que trata este contrato;
- d) Disponibilizar local adequado para a execução dos serviços, quando necessário;
- e) Prestar todos os esclarecimentos que forem efetuados pela CONTRATADA;

**CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS**

**6.1** - A despesa decorrente desta contratação correrá à conta dos recursos oriundos da Secretaria de \_\_\_\_\_ do Município de Paraipaba/CE, na seguinte dotação orçamentária: \_\_\_\_\_; **ELEMENTO DE DESPESAS:** \_\_\_\_\_

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS MULTAS**

**7.1** – A CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes multas:

**7.1.1** – 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global do contrato, por dia de atraso na execução dos serviços;

**7.1.2** – até 10% (dez por cento) do valor total do contrato, na hipótese de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, sem prejuízos de outras penalidades previstas em lei;

**7.1.3** – 0,0001% (um décimo milésimo por cento) sobre o valor global do contrato por descumprimento às recomendações estabelecidas neste edital ou no contrato, conforme o caso;

**7.1.4** – 10% (dez por cento) do valor global do contrato, se a CONTRATADA transferir a execução dos serviços a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia autorização escrita das secretarias contratantes;

**7.2** – Da aplicação de multa será a CONTRATADA notificada pela CONTRATANTE, tendo, a partir da notificação, o prazo de 10 (dez) dias para recolher a importância correspondente na Tesouraria do Município de Paraipaba/CE. A CONTRATANTE poderá descontar do pagamento dos serviços o valor da multa que não for recolhida pela CONTRATADA.

**7.3** – A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

**7.4** – Todas as multas poderão ser cobradas cumulativamente ou independentemente

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES**





**8.1** - A licitante que, convocada pelas secretarias contratantes, para assinar o instrumento de contrato, se recusar a fazê-lo dentro do prazo previsto neste edital (05 dias úteis), sem motivo justificado aceito pela CONTRATANTE, estará sujeita à suspensão temporária de participação em licitação promovida pelas secretarias contratantes, pelo prazo de 02 (dois) anos.

**8.2** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora prevista no presente contrato, podendo a CONTRATANTE rescindir unilateralmente o contrato. À CONTRATADA será aplicada, ainda, a pena de SUSPENSÃO de participação em licitação promovida pelos órgãos do Município de Paraipaba/CE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, período durante o qual estará impedida de contratar com o Município de Paraipaba/CE.

**8.3** - Em caso de a licitante ou CONTRATADA ser reincidente, será declarada como inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.

**8.4** - As sanções previstas neste contrato serão aplicadas pelas secretarias contratantes, à licitante vencedora desta licitação ou à CONTRATADA, facultada a defesa prévia da interessada nos seguintes casos:

**8.4.1** - de 05 (cinco) dias úteis, nos casos de advertência e de suspensão;

**8.4.2** - de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**8.5** - As sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, poderão ser aplicadas juntamente com as de multa prevista neste edital.

**8.6** - Somente após a CONTRATADA ressarcir ao Município de Paraipaba/CE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo de suspensão aplicada é que poderá ser promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção.

**8.7** - A declaração de idoneidade é da competência exclusiva dos secretários municipais.

## **CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

**9.1**- A rescisão amigável do contrato, por acordo entre as partes, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada das secretarias contratantes.

**9.2**- A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais, as previstas em lei e no Edital.

**9.3**- Além da aplicação das multas já previstas, o presente contrato ficará rescindido de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem que assista à Contratada o direito de reclamar indenizações relativas às despesas decorrentes de encargos provenientes da sua execução, ocorrendo quaisquer infrações às suas cláusulas e condições ou nas hipóteses previstas na Legislação, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93.

**9.4** - O procedimento de rescisão observará os ditames previstos nos artigos 79 e 80 da Lei de Licitações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**10.1**- O CONTRATADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**10.2** - O presente contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação e à proposta licitatória.

**10.3** - O CONTRATANTE se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no artigo 58 da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

**10.4** - O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo das partes, com as devidas justificativas, nos casos previstos na Lei.

**10.5**- A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso dos serviços pela Administração.

**10.6**- O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes do contrato sem a expressa autorização da Administração.



**10.7-** A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com os termos do Processo Licitatório, da proposta e deste contrato.

**10.8-** Integram o presente contrato, independente de transcrição, todas as peças que formam o procedimento licitatório e a proposta adjudicada.

**10.9-** A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximida a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

**11.1 -** A publicação resumida do instrumento deste contrato deverá ser feita por afixação no quadro de avisos (flanelógrafo) da Prefeitura Municipal de Paraipaba/CE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subseqüente à data de sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO GESTOR DO CONTRATO**

**12.1-** A Gestão deste Contrato será exercida por servidor(a) designado(a) pelo(a) Ordenador(a) de Despesas, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

**13.1 -** O foro da Comarca de Paraipaba/CE é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, em 03(três) vias, lavrado perante testemunhas que também o assinam, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

<<<DATA>>>

**MUNICÍPIO DE PARAIPABA – CE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_**  
**CNPJ Nº. \_\_\_\_\_**  
**CONTRATANTE**

**<<<RAZÃO SOCIAL>>>**  
**<<<CNPJ Nº.>>>**  
**<<<REPRESENTANTE>>>**  
**<<<CPF Nº.>>>**  
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ CPF Nº.: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ CPF Nº.: \_\_\_\_\_